

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE PSICOLOGIA

ALEXANDRA DANDOLINI PASINI

**A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: CONTRIBUIÇÕES A PSICOLOGIA
NA EDUCAÇÃO.**

CRICIÚMA

2022

ALEXANDRA DANDOLINI PASINI

**A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: CONTRIBUIÇÕES A PSICOLOGIA
NA EDUCAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel no Curso de Psicologia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof^a Ma. Elenice de Freitas Sais

CRICIÚMA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das tarefas mais complexas, sobretudo pelo risco de cometer injustiça por não contemplar alguém que tanto nos ajudou na caminhada da vida. Isto é, nunca caminhamos sozinhos, somos sempre auxiliados até por quem menos imaginamos.

Consciente de que a realização deste trabalho só foi possível com a ajuda de muitas pessoas, agradeço acima de tudo, à Deus, por me dar saúde para trilhar todos esses anos e jamais pensar em desistir diante grandes dificuldades.

Aos meus pais Maria Dolores e Anildo, e meu irmão querido Diego, por serem tão serenos, tão presentes, tão especiais e essenciais na minha vida, e em especial neste caminho acadêmico. Sem eles certamente a tarefa não teria sido concluída.

À minha orientadora, Elenice de Freitas Sais, pela paciência comigo e porque toda interdisciplinaridade que tento expor neste estudo só está sendo possível porque a Professora Elenice também é interdisciplinar.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	7
2.1	OBJETIVOS	7
2.1.1	Objetivo Geral	7
2.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3	A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO E A SUA POSIÇÃO DIANTE DA PESSOA SURDA.....	8
4	DEFININDO SURDEZ	9
5	LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO	10
6	AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS	12
7	A APRENDIZAGEM E A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS	13
8	ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA SURDA	15
9	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	17
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS.....	28

RESUMO

A educação inclusiva trata-se de um tema presente e desafiante no sistema de ensino brasileiro. Diante de tantos desafios, este trabalho almeja olhar para a linguagem da Língua Brasileira de Sinais, alfabetização e o direito de as crianças surdas terem acesso à Libras, sabe-se das dificuldades enfrentadas, e de muitas vezes, estas tardiamente terem acesso a mesma. Assim sendo, esta pesquisa de revisão bibliográfica, do tipo narrativa, intenta compreender a alfabetização das crianças surdas diante da língua de sinais. Considera-se imprescindível, que também a Psicologia e os psicólogos escolares adentrem a este cenário para somar esforços, no sentido de salvaguardar os direitos das pessoas surdas, bem como, olhar para as subjetividades destas. Para a alfabetização de crianças surdas são necessárias a efetivação das iniciativas de política linguística que atendem às necessidades dos surdos no Brasil e visam alcançar a inclusão social. Como resultados deste estudo podemos apontar: estigmas com relação ao surdo; necessidade de uma legislação nacional para a profissão do professor bilíngue; importância do acesso básico à língua de sinais desde os primeiros anos de vida da criança para inclusão social; capacitação defasada dos professores diante do conhecimento das libras; falta de proficiência dos professores e profissionais em libras; necessidade de repensar e aprimorar métodos para a educação de crianças surdas.

Palavras-chave: Psicologia, Libras, Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A Alfabetização da Criança Surda: Contribuições a Psicologia na Educação” a ser aqui apresentado, “nasceu” primeiro pela necessidade e importância do tema para o âmbito da educação e, em segundo, por um desejo pessoal da acadêmica em explorar assuntos referentes a Libras e seus impactos na vida de pessoas com surdez ou deficiência auditiva.

O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, de cunho qualitativa e exploratória, que tem por objetivo compreender a alfabetização das crianças surdas diante da língua de sinais.

O número de pessoas surdas, no Brasil, passa dos dez milhões. Mesmo com a lei que determina o uso da Libras, algumas pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades para acessar serviços básicos do dia a dia, fornecidos por empresas, órgãos e entidades. (IBGE, 2022).

De acordo com Souza e Santos (2019), as crianças surdas tardiamente tem acesso à Língua Brasileira de Sinais, uma vez que as escolas não oferecem, muitas vezes, oportunidades para elas interagirem umas com as outras. A presença da língua de sinais na educação brasileira é revolucionária, pois permite que os surdos se tornem alunos de sua própria língua materna, fato que contribui, de forma muito positiva, para o desenvolvimento de suas identidades, seja ela escolar ou social.

Sendo assim, a realização deste estudo justifica-se pela necessidade de atualização e compreensão pelo profissional psicólogo diante do tema, do contexto brasileiro contemporâneo sobre o uso da Libras no processo de inclusão de pessoas com deficiência em ambientes educacionais para a alfabetização e assim, poder ser resguardados os direitos da criança surda e poderem ser alcançados os melhores resultados diante de sua alfabetização.

2 METODOLOGIA

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Compreender a alfabetização das crianças surdas diante da língua de sinais.

2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Compreender o papel do Psicólogo escolar diante da alfabetização e processo de inclusão da criança surda na escola;
- ✓ Compreender o processo de aprendizagem da criança surda no período da alfabetização;
- ✓ Tecer possíveis relações entre psicologia na educação, surdez e período de alfabetização.

3 A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO E A SUA POSIÇÃO DIANTE DA PESSOA SURDA

A linguagem é considerada um fator significativo entre as implicações da perda auditiva, uma vez que a perda auditiva necessita de recursos especializados para sua compensação. Dado que a primeira língua do surdo é naturalmente a língua de sinais e a sua segunda língua é majoritariamente oral, pode perguntar-se como o surdo foi inserido num ambiente escolar típico onde a língua utilizada para a instrução e socialização é o português em ambas as formas orais e escritas (ASPILICUETA *et al.*, 2013).

Os principais desafios encontrados para garantir a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula dizem respeito aos professores e em grande parte das vezes nos próprios alunos em si. Os professores necessitam de conhecimento da surdez e da Libras, e os surdos lutam para entender o ambiente em que estão envolvidos. Dessa forma, a inclusão da Libras nas escolas e na grade curricular dos cursos de licenciatura é fundamental, pois permite uma comunicação efetiva entre todos. O profissional psicólogo deve conhecer algumas leis para melhor salvaguardar os direitos das pessoas surdas, mais abaixo o conteúdo estará se tratando das mesmas.

Barbosa (2003, p. 47) coloca que:

A educação como direito de todos, inclusive para a pessoa com algum tipo de deficiência, constitui um problema não só político e social, mas fundamentalmente pedagógico e, para ser efetivamente enfrentado, requer mudanças institucionais no campo político-social e mudanças no campo pedagógico.

Para tanto, o profissional de psicologia tende a ter uma participação essencial, pois, segundo Oliveira *et al* (2018), esse profissional tem a função de promover ações efetivas que possam colaborar com o processo de combater a exclusão, garantir que sejam sujeitos de direitos, e que se salvaguardem as condições de inclusão social como um todo.

Quando falamos de inclusão escolar, essa é uma questão ainda mais complexa e com verdadeiro fundamento social. Para Oliveira *et al* (2018, p. 9),

A Inclusão nos faz pensar na humanidade com vários olhares, que não menosprezam nenhum ser humano, respeitando todos com suas

singularidades, para isso é importante que haja mudanças na nossa sociedade, deixando de ser uma sociedade que distancia os diferentes.

Para tanto, o papel do psicólogo na inclusão de pessoas surdas, bem como no seu processo de aprendizagem/alfabetização tem suma importância, pois, segundo, Silva *et al* (2009, p. 183): “É nesse contexto que o profissional adentrou a fim de diagnosticar e trabalhar com as diferenças individuais e sociais na educação do surdo”.

O psicólogo deverá trabalhar em conjunto com o professor na medida em que houver a necessidade de interferência para que a criança surda possa ter todos os seus direitos resguardados e garantida a sua alfabetização.

4 DEFININDO SURDEZ

Como um tipo de sintetização sensorial, as deficiências auditivas vêm em uma variedade de formas. Elas podem ser congênitas, obtidas ao longo da vida ou resultado do desgaste natural. Quando adquirido congenitamente ou adquirido antes de uma língua, uma pessoa recebe características linguísticas distintas através da aquisição de um sistema linguístico pessoal, como uma língua de sinais. Sendo assim, a diferença entre surdos e ouvintes é causada por particularidades linguísticas e não apenas pela ausência de audição. (BEHARES,1993).

Quanto aos limiares auditivos, estes podem ser categorizados da seguinte forma: audição normal (0 a 25 dB); perda auditiva de grau leve (26 a 40 dB); perda auditiva moderada (41 a 70 dB); perda auditiva severa (71 a 90 dB); e perda auditiva profunda (> 91 dB) (DAVIS; SILVERMANN, 1970).

Após um longo histórico de discriminação e restrições oralistas, o surdo teve suas características linguísticas reconhecidas pela Lei nº. 10.436/2002, que reconhece a língua de sinais como meio oficial de comunicação dos surdos e essencial para o acesso à informação. (CHAVEIRO *et al.*, 2013; PEREIRA; VIEIRA, 2009).

Decorrente disso, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.626/2005, que designou o português como segunda língua e a Libras como primeira língua do surdo.

Apesar de esta lei representar uma vitória significativa para a comunidade com deficiência, ainda deixa espaço para melhorias em termos de inclusão especialmente escolar da população no sistema educacional em sala de aula. Isso porque os ajustes pedagógicos necessários e a capacitação de recursos humanos não foram integralmente implementados no funcionamento diário da sala de aula, impedindo muitas vezes, que quem a frequenta nem sempre desenvolva o conhecimento implícito que promova sua inclusão. (BUFFA, 2010).

5 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO

A Declaração de Salamanca foi um documento elaborado no Congresso Mundial de Educação Especial de 1994 na cidade de Salamanca na Espanha, que nos ajuda a estender o conceito de necessidades educativas especiais a qualquer pessoa que precise adaptar as escolas às suas necessidades. Foi a partir desse marco que a educação inclusiva se popularizou, começando pela educação especial, mas se vislumbrou uma nova filosofia educacional: as escolas deveriam incluir não apenas os alunos “especiais”, mas todos os alunos.

Vale lembrar que em termos de educação, as próprias escolas foram historicamente estruturadas de acordo com a distinção entre aqueles que estão dispostos ou não a "ir à escola". Testes psicológicos e outros equipamentos institucionais são utilizados para avaliar essa capacidade de escolarização, ou seja, com o objetivo de separar e segregar os “capazes” dos “não capazes”. (ANGELUCCI; LUZ, 2010).

Em relação às estatísticas, o Portal Setorial do Ministério da Educação apresenta um gráfico intitulado “A Evolução da Educação Especial no Brasil”, realizado em 2006 (MEC, 2006). Esses gráficos documentam as matrículas na educação especial em 2005 e 2006, período em que o número de deficientes auditivos aumentou de 19.646 para 21.439 e os surdos aumentaram de 46.668 para 47.381. No ensino superior, o número de surdos era de 665 em 2003, 974 em 2004 e aumentou para 24.288 em 2005.

Apesar de um aumento geral nas taxas de aceitação educacional para alunos surdos, o número de surdos fora da escola continua alto. São necessárias

políticas públicas para ajudar os surdos e suas famílias, e os professores e demais atores escolares são capacitados para participar desse processo.

Historicamente foi D. Pedro II, que fundou a primeira escola especial para surdos, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 26 de outubro de 1857, no Rio de Janeiro, sob a Lei nº 839.

As pessoas com algum tipo de deficiência eram afastadas de suas famílias para receberem cuidados ou receberem educação em instituições e escolas projetadas especificamente para esse fim. No entanto, após várias críticas de especialistas da área da educação especial, só a partir da década de 1930 é que a deficiência foi reconhecida como uma característica do ser humano, que exigia que ele se desenvolvesse de forma singular, permitindo sua inclusão na sociedade.

O termo " educação especial" refere-se a uma forma de educação que transcende todos os níveis, estágios e modos de ensino, fornece suporte educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e fornece orientação sobre como melhor aplicá-los ao processo de aprendizagem e transferência de conhecimento nas salas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11). Essas ferramentas e serviços são “organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, a fim de garantir a educação de educadores que têm necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens” (MAZZOTTA, 2011, p. 11.)

Toda a escola deve se preparar para receber uma pessoa com deficiência. Se esta lei não for seguida, nada mais se desenvolve. Lembrando que essa escola deve ser inclusiva, dando aos portadores de deficiência as mesmas oportunidades de aprendizado e crescimento que os alunos sem deficiência. As escolas devem preparar suas estruturas físicas, seu pessoal (não apenas os professores), planos de aula e atividades de modo geral.

A Declaração de Salamanca inspirou o desenvolvimento de políticas públicas e leis relativas à educação inclusiva. Com isso, as Normas Nacionais de Educação foram instituídas pela Lei nº 9.394/96, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), criada em 1996.

Como resultado deste decreto, as escolas não podem rejeitar a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais e agora tem a obrigação de fornecer toda a infraestrutura, suporte e recursos necessários para permitir que as

peças com deficiência participem plenamente do processo formal no sistema de ensino, começando com a educação infantil. Infelizmente, sabe-se que, por vezes, estas determinações não são cumpridas, sendo necessário acionar o Ministério Público para garantir estes direitos.

Atualmente, há uma série de iniciativas de política linguística que atendem às necessidades dos surdos no Brasil e visam alcançar a inclusão social. Por meio de muitas campanhas e discussões, essas iniciativas foram conquistadas pelos surdos. Em 22 de dezembro de 2005, foi aprovado o Decreto nº 5.626, que regulamenta a Lei de LIBRAS de 24 de abril de 2002. Tal Decreto reconhece LIBRAS como a língua do surdo brasileiro.

Tais leis trazem o embasamento legal para a inclusão do aluno surdo na educação, cabendo às instituições de ensino, bem como poder público e comunidade fazer com que esses direitos adquiridos possam, de fato, serem colocados em prática e que possam ser atendidas as necessidades e direitos desses alunos.

6 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS

O conflito entre LIBRAS e português na educação de surdos é refletido pela política linguística do Brasil. É um país multilíngue com muitas línguas indígenas, línguas de imigrantes e duas línguas de sinais registradas. No entanto, a política linguística do Brasil ainda se baseia na crença de que o país tem uma língua única, privilegiando o português em detrimento das muitas outras línguas que existem em nosso país (QUADROS, 2007).

O processo de desconstrução não significa simplesmente identificar o espaço que a linguagem ocupa nas escolas que educam surdos, mas passar por uma reflexão maior, (des)estruturar, formar profissionais, criar espaços de trabalho e, principalmente, inversão lógica das relações. É necessário identificar quais línguas representam os próprios surdos (LIMA; CÓRDULA, 2017).

Para Souza e Santos (2019), o fato de os surdos adquirirem a língua de sinais como língua materna fora do berço, exige que as escolas desempenhem um papel antes desconhecido. A língua de sinais tem sido reconhecida como primeira

língua, o português como segunda língua, e é notória a riqueza cultural que os surdos trazem através de suas experiências sociais e culturais.

A presença da língua de sinais na educação brasileira é revolucionária, pois permite que os surdos se tornem alunos de sua própria língua materna, fato que contribui, de forma muito positiva, para o desenvolvimento de suas identidades, seja ela escolar ou social. No entanto, infelizmente o que se parece é que a Libras entrou nas escolas e na cultura acadêmica como um “espetáculo”, algo que nem todos entendem significativamente e, ao tentar absorvê-la através do senso comum e utilizá-la como um paliativo para a superação da deficiência, infelizmente ainda há falta de recursos e interesse para o desenvolvimento da mesma (SENNA, 2019).

A superação do paradigma entre pessoas surdas passa necessariamente por um estudo das propriedades organizacionais do sistema da LIBRAS, sendo elencado como uma língua com status linguístico próprio.

Não se trata de encontrar uma base para a prática da superação da deficiência, pois a deficiência não existe em nenhuma chamada ausência de palavras entre os surdos. Ao invés disso, procura descrevê-la como um sistema organizacional distinto, que está totalmente alinhado com a cultura surda e as identidades sociais e intelectuais que a têm como língua materna.

Influenciada pela Língua de Sinais Francesa, a brasileira estabeleceu suas bases, formulando assim a própria língua brasileiras de sinais. Mas foram muitos os obstáculos até que, a Constituição de 1988, trouxe o direito e a garantia de atendimento educacional especializado na rede regular de ensino (SILVA, 2022).

Outros avanços relativos a este direito, vieram com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, 1996) e com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, porém o reconhecimento da LIBRAS como Língua veio apenas com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.

7 A APRENDIZAGEM E A ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS

Na linguagem oral, salienta-se que pode ser expressa de diversas formas, inclusive, escrita e gestual. A língua de sinais, por sua vez, é uma língua que utiliza

meios visuais e espaciais de comunicação e, assim como a língua oral, é um meio eficaz de comunicação. Frequentemente utilizados para criar relações com surdos e deficientes auditivos. Transmitem pensamentos, vontades, ideias e acontecimentos e, embora tenham estrutura própria, isso não implica a apropriação de conteúdo.

Nas palavras de Vygotski (2000, p. 186) "[...] junto com a linguagem fônica de toda a humanidade foi criado o idioma de gestos para os surdos-mudos". Nesta exposição, o autor não faz distinção entre gestos e sinais, mas faz-se entender que os gestos são muito importantes para o desenvolvimento da linguagem, e entende-se que alguns gestos devem ser enfatizados na educação infantil, pois é uma forte descoberta de si mesmo, seu corpo e o mundo.

A teoria de Vygotsky sustenta que os humanos podem superar as limitações naturais: uma criança exposta às condições certas, supera gradualmente as condições fisiológicas e é cada vez mais guiada pelo pensamento e pela consciência. Para isso, é preciso aprender o modo de ser, e o modo de ocupar o mundo com seus pares. Isso exige que a criança domine uma linguagem viva e eficaz, que possa ser usada tanto para se comunicar, quanto para organizar sua psiquê. Assim a criança apresenta trocas com o mundo no qual vive, apropria-se dele e cria suas próprias percepções (BARROCO, 2007).

A linguagem abstrata, ou seja, aquela que não se faz uso das palavras, mas sim, dos "conceitos de palavras", como escreveu Vygotsky (2001), seria o universo dos pensamentos da criança. Segundo Petrovsky (1980, p. 208), "[...] o pensamento é um processo mental socialmente condicionado, a busca e descoberta de coisas essencialmente novas, em harmonia com a linguagem indissociável". Portanto, a criança deve sair da relação com o mundo a partir do processo sensorial e iniciar o processo de compreendê-lo em si.

A Língua de Sinais pode ser entendida como uma ferramenta psicológica. Através de sua aquisição, o surdo muda o seu cognitivo. Por meio dele, é possível sistematizar o ensino e revelar a possibilidade de aprendizagem de conteúdos cotidianos e científicos, principalmente nas escolas. Portanto, argumenta-se que o desenvolvimento não surgiu apenas da maturação biológica ou de processos lineares, mas passou por diversas crises dinâmicas e dialéticas que foram revolucionárias para a formação humana (MARQUES; BARROCO; SILVA, 2013).

Essa crise é necessária, tanto pelo próprio desenvolvimento biológico quanto pelas tentativas dos sujeitos de superar as dificuldades encontradas. As superações são possibilitadas por meio da mediação instrumental, que é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo levando a novos aprendizados.

A mediação instrumental por professores, psicólogos, intérpretes e outros profissionais, orienta crianças surdas ou ouvintes, com ou sem deficiência, a diferentes superações, levando ao seu movimento de zona de desenvolvimento próximo.

A área de desenvolvimento proximal, por sua vez, envolve a apropriação ainda em andamento de conhecimentos de variados níveis de complexidade, o que requer a ajuda de outro indivíduo mais experiente ou de um recurso intermediário apropriado (por exemplo, livros, manuais etc.).

8 ALFABETIZAÇÃO DA PESSOA SURDA

Alfabetizar uma criança é uma importante missão, visto que ela é quem define os seus passos para alcançar tal objetivo. São muitas as ferramentas de alfabetização ou de auxílio à alfabetização. Livros, brinquedos, jogos, entre outros instrumentos utilizados pelo educando no sentido de promover a alfabetização.

Alfabetização, segundo Soares (2018, p. 36), é “a aprendizagem do sistema alfabético-ortográfico, que conduz à habilidade de leitura e produção de palavras escritas”. Alfabetizar é coordenar a leitura e escrita através desse sistema, induzindo a criança a organizar o alfabeto em prol da leitura e da escrita de palavras.

Quando falamos em alfabetização da criança surda, esse sistema não supre a alfabetização dessas crianças, até porque a criança surda abstém-se do conhecimento pela leitura, podendo até mesmo ter dificuldade na escrita. Porém, quando em contato com a Libras, como principal língua, esse conhecimento pode ser potencialmente modificado.

A influência da língua falada por um povo é fator inquestionável, uma vez que a primeira língua de um indivíduo, a língua materna, é a língua falada pela sua comunidade. O que ocorre à criança com surdez, é que o contato com a língua de sinais, na sua grande maioria, acontece tardiamente quando se trata de crianças surdas em famílias ouvintes, provocando a

esses indivíduos certa privação linguística (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021, p. 3).

Dessa forma, para a criança surda, quando a mesma tem contato com a língua de sinais, seu processo de alfabetização, de fato, se inicia, e é justamente este o desafio para o professor. Seja porque o professor talvez não conheça ou não tenha domínio sobre a mesma, ou ainda, conseguir suprir o tempo perdido por essa criança não estar inserida em um contexto onde a língua de sinais seja a principal língua.

Para Freitas é preciso que haja concordância entre a língua de sinais e a língua portuguesa. O autor destaca:

Estimular o registro dos sinais por meio do sistema SignWriting possibilita à criança surda a apreensão da escrita como uma representação da língua sinalizada, pois é uma grafia que evoca todo o conhecimento linguístico da Libras que o aprendiz dispõe, sem a necessidade de tradução/interferência para/da língua portuguesa (FREITAS, 2020, p. 6).

Escrita de sinais - Signwriting

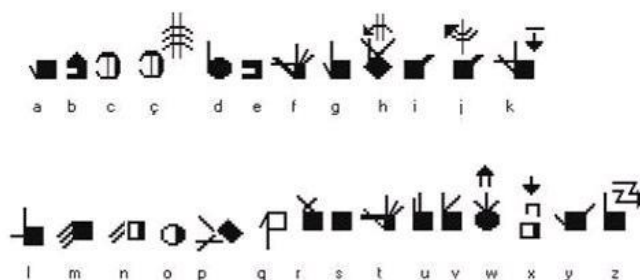


Figura 1 - Fonte <http://silvanapsicopedagoga.blogspot.com/2015/05/signwriting-escrita-de-sinais.html>

Quando a criança consegue se expressar através da LIBRAS e consegue compor sua escrita através dos sinais do sistema SignWriting, tais técnicas juntas coincidem com o seu processo de alfabetização, pois a criança consegue ao mesmo tempo falar, através de sinais, e escrever dentro de uma linguagem sua, própria, mas que se transformar em escrita e leitura, meios para a alfabetização.

Para Fernandes (2007, p. 2):

A alfabetização do surdo requer metodologias apropriadas para o ensino da Língua Portuguesa, não diferenciando na forma do funcionamento linguístico, mas dando possibilidades ao aluno surdo para o seu desempenho social, político, emocional e cultural sendo que o aprendizado da Língua Portuguesa pelo aluno surdo se processa por meio de metodologias próprias de ensino de acordo com o potencial de cada aluno.

Para a alfabetização de crianças surdas, é preciso levar em consideração que existem dificuldades, mas que elas não impedem que isso ocorra. Que a língua portuguesa, para o surdo, ela é considerada como segunda língua e que essa forma é direito adquirido pelo surdo, e que precisa ser trabalhada com esse aluno, para que o processo de escrita de forma subsequente aconteça. Também é interessante destacar, que de acordo com o supracitado autor, o processo de alfabetização para o surdo, é mais lento, e que ocorre dentro do tempo de cada aluno.

9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o processo de alfabetização na criança surda e trazer contribuições à Psicologia na Educação, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa. Foram utilizados artigos para a construção do referencial teórico e realizado um levantamento bibliográfico de artigos de revisão que serviram de base para a construção dos resultados e discussão.

A busca dos referenciais para esta pesquisa foi baseada em artigos encontrados em plataformas científicas, fazendo uso dos descritores: “Libras *AND* Educação *AND* Psicologia”. Foram utilizados como filtros, artigos publicados num período máximo de três anos (2019 a 2022), em língua portuguesa e escolhido a opção “artigos de revisão” nos limitadores. Após a utilização dos filtros, foi realizada uma leitura para selecionar os que tratavam de Libras e Psicologia.

Na pesquisa foi encontrado um total de 159 artigos publicados em um período de três últimos anos na seguinte plataforma: Google Acadêmico. Dos artigos encontrados, apenas 6 apresentam relação direta com Libras, Psicologia e Aprendizagem/Alfabetização, que se considera atender aos objetivos deste estudo. Abaixo para melhor apresentar os resultados apresenta-se no Quadro 1 com os artigos selecionados.

Quadro 1- Apresentação dos Artigos.

Ano	Autores	Título	Metodologia	Resultados
2019	Luiz Antonio Gomes Senna.	O Estatuto Linguístico da Língua Brasileira de Sinais e a Superação do Estigma na Educação de Surdos.	Tem por objetivo analisar o estatuto linguístico da Língua Brasileira de Sinais e as restrições que lhe têm sido impostas em virtude da sobreposição de valores oriundos de representações sociais e acadêmicas referentes à palavra.	O surdo, na educação inclusiva, segue sujeito ao que aqui se denominou espetáculo da superação. Em seu caso, em face de um estigma social que se revela na ausência da palavra falada, o espetáculo reside na tentativa de absorver a LIBRAS, assim como a cultura surda a ela subjacente, aos parâmetros organizacionais da fala.

2019	Adriana Ribeiro de Freitas; Cláudia Maria Silva Ribeiro Amaral; Neuma Chaveiro.	O Processo de Escolarização do Surdo Usuário de Libras e seus Desafios: revisão de literatura.	Este estudo tem como finalidade investigar as principais barreiras enfrentadas pelo surdo no processo de escolarização por meio de uma revisão da literatura.	Pode-se estabelecer recursos e estratégias que venham a contribuir com um processo de escolarização com qualidade, como: atividades que contemplem a modalidade viso espacial, a promoção de capacitação de toda a comunidade educativa em Libras, a presença do fonoaudiólogo para realizar orientação aos professores e familiares quanto ao que é surdez, suas implicações e como os surdos se apropriam da linguagem.
2020	Guilherme Tarcísio Leal; Fabiane Fantacholi Guimaraes	A Inclusão Dos Surdos no Ensino Regular: Uma Revisão De Literatura	Os estudos mais recentes indicam que a inclusão de fato não está acontecendo. As pesquisas revelam que existe uma insatisfação de todos os sujeitos envolvidos no processo, tendo como principal efeito	É possível dizer que são necessários mais estudos sobre a inclusão de surdos abordando outras vertentes como, por exemplo: o processo de alfabetização das crianças que nascem em famílias de pais ouvintes; a verificação da existência de desenvolvimento adequado, da linguagem de LIBRAS, para que o estudante possa no futuro entender termos característicos da ciência.

			o baixo desempenho dos alunos surdos.	
2021	Jesaiás Leite Ferreira Junior; Henrique Jorge Simões Bezerra; Edneia de Oliveira Alves.	Atendimento Psicológico À Pessoa Surda Por Meio da Libras no Brasil: Uma Revisão de Literatura.	A pesquisa almejou verificar se a Psicologia tem se debruçado sobre a inclusão da pessoa surda, se há registros acadêmicos de atendimento em língua brasileira de sinais (Libras) e se a fluência dos psicólogos é suficiente para realizá-lo.	As dificuldades enfrentadas na pesquisa foram a escassez de material e a inviabilidade de aprofundar a discussão de forma sistemática, dadas as limitações espaciais do modelo de trabalho. vale ressaltar a importância da busca por uma maior interação entre pesquisadores da área, pois os trabalhos encontrados durante esta pesquisa tiveram pouca comunicação entre si.
2021	Welbert Vinícius de Souza Sansão. Anabela Cruz-Santos.	A Visualidade na Educação De Surdos: Uma Revisão Sistemática da Literatura.	Com o objetivo de investigar os estudos relacionados à visualidade e as potencialidade	É de suma relevância que os recursos digitais sejam aplicados no ensino, tendo como enfoque estudantes Surdos, seja explorado as potencialidades instrumentais, posto que é por

			s no processo de aprendizagem, foi realizada uma revisão sistemática da literatura (RSL) sobre o que tem sido produzido nas pesquisas que perpassam essa temática.	intermédio das experiências visuais que os surdos se apropriam dos conhecimentos. Uma vez que o pensamento visual depende da visão, canal sensorial predominante na atividade dos Surdos. Este canal visual permite à pessoa surda superar limitações de ordem auditiva para construir seu conhecimento de mundo, relacionando língua, instrumento, conceito e significação.
2022	Maria Eloísa Borges de Andrade; Pedro Thiago Andrade de Simões; Hellé Nice Domingus Terrível.	Libras e Educação Inclusiva no Contexto Brasileiro Contemporâneo: Uma Revisão Bibliográfica.	O delineamento desta pesquisa foi construído a partir do referencial bibliográfico. Foi realizada a apuração do tema na literatura brasileira por meio de artigos publicados entre 2006 e 2021	Este estudo tem como limitação a amplitude de aspectos abordados da relação entre a LIBRAS e a educação inclusiva e, que por ser mais geral, deixa de explorar cada um deles em suas especificidades.

Fonte: Dados da autora (2022)

Adiante serão apresentadas as relações entre Libras, Alfabetização e Psicologia encontrada nos artigos selecionados. Os referidos artigos são os mencionados no quadro acima.

Segundo o artigo “O Estatuto Linguístico da Língua Brasileira de Sinais e a Superação do Estigma na Educação de Surdos”, o autor analisa o regulamento linguístico da Língua de Sinais e as restrições que vêm sendo expostas sobre ela. O estigma é um dos fatores que atuam terminantemente no desenvolvimento do

processo de pertencimento, o que, no cotidiano escolar, manifesta-se por meio de “uma série de características, muitas vezes subjetivas” (Castro, 2015, p. 42). O estigma direcionado à pessoa com deficiência é o que o autor chama de espetáculo da superação, o mesmo está na oralização forçada, em uma palavra que se impõe na esperança de permitir que tenha Deus dentro da pessoa surda, ou alguma racionalidade que se perceba “humana”.

Os direitos entram “em jogo” depois que uma criança surda é totalmente integrada ao ambiente escolar regular, e quando se fala de inclusão, não estamos realmente focando em integrar uma criança com necessidades especiais no contexto educacional, mas que isso aconteça de forma leve e contínua, sem ter-se que falar em direitos e deveres continuamente.

No artigo “O Processo De Escolarização Do Surdo Usuário De Libras e Seus Desafios”, o autor também cita sobre o déficit sintático, ou seja, há uma falta de fluência e uma articulação alterada que compromete algumas crianças em fase de alfabetização, principalmente dificultando a interpretação da linguagem figurada (GAROLLA; CHIARI, 2003; PEREIRA, 2002). É possível identificar que os profissionais bilíngues têm a necessidade de uma legislação nacional mais específica para sua profissão, pois existem conflitos dentro da sala de aula que prejudicam a inclusão e por consequência a alfabetização da criança surda.

Há certa dificuldade de entender contextos na falta de audição, sendo assim, limita-se também o desenvolvimento da linguagem, e isso restringe o aprendizado de conteúdo relacionado à escola que é apresentado apenas oralmente e na escrita de português, na maioria das vezes. Estudos internacionais enfatizam que, crianças surdas com acesso à Língua de Sinais desde os primeiros anos de vida têm mais aptidão no aprendizado da língua escrita, visto que ela assume um papel importante na inserção social do surdo. Por isso, o artigo “A Inclusão dos Surdos no Ensino Regular”, é fundamental e fala sobre orientar aos professores que trabalham com os surdos, a mediação da Libras na aprendizagem do português escrito, salienta que a diferença das modalidades dessas duas línguas exige modos diferentes de conduzir o processo de ensino. Assim:

Fica claro, então, o importante papel que a Libras assume no processo de ensino e de aprendizagem da criança surda, já que ela é a língua capaz de oferecer os recursos necessários à ampliação de significados e significantes. (QUADROS, 2005, P.10).

Um dos obstáculos apontados para o fracasso no processo de alfabetização de pessoas surdas é a comunicação ineficiente, seja ela realizada pela oralidade, como feita pela língua de sinais (BRASIL, 2006).

Com todos os avanços tecnológicos, compreende-se que surgirão ainda mais buscas por auxílio psicológico para esse público. Podemos idealizar que futuramente a tendência de buscar psicólogos por parte de pessoas com deficiência irá aumentar gradativamente, pois se tem criado leis que regulam os direitos dos mesmos ao acesso aos mais diversos tipos de acompanhamentos de saúde, o que nos estimulou ainda mais na busca por materiais, para que assim possamos como profissionais de saúde dispor de bons conhecimentos sobre como lidar com esses indivíduos e de como utilizar das técnicas advindas dos nossos conhecimentos de psicologia para penetrarmos no mundo desse sujeito (MACÊDO E TORRES,, 2017, P. 7).

Em vista disso, para melhor atender a este público estabeleceu-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2016), eleita como a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência, que, em seu primeiro artigo, diz que é deliberada a proporcionar e a amparar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O artigo Atendimento Psicológico à Pessoa Surda por Meio da Libras no Brasil trás as análises qualitativas que nos auxiliaram a reavaliar as políticas educacionais e entender “as práticas educacionais tanto no nível micro da sala de aula como no nível macro das políticas de línguas” (LUCENA, 2012, p. 120). Sendo assim, torna-se extremamente importante organizar, potencializar e interpretar as dificuldades de cada criança surda e conseqüentemente agregá-las aos seus aprendizados. Um profissional hábil e apto, ativa o processo de aprendizagem e contribui para o desenvolvimento dos alunos.

Os primeiros passos para o avanço da educação inclusiva são refinados a partir de uma perspectiva de capacidade. Estas avançam para uma dimensão de apropriação teoricamente reflexiva, ou seja, só se realiza de forma coletiva, convertendo assim as escolas em comunidades de aprendizagem onde os professores apoiam uns aos outros.

Nesse sentido, Ribeiro e Silva (2017) relatam que a concretização plena da educação inclusiva encontra a primeira barreira na capacitação defasada daqueles que atuam nas escolas, especialmente professores e pedagogos quanto ao conhecimento, e entendimento proficiente da LIBRAS. Por isso ao transformar a

vida do aluno surdo em sala de aula e incitar à reflexão crítica sobre as práticas institucionalizadas, a Língua de Sinais, tem potencial para descontextualizar dimensões educacionais, ou seja, que foram desenquadrados ao longo da história e que são motivos de muitas lutas até os dias atuais. Além disso, ajuda a criar um cenário onde o sujeito e sua cultura possam ser reconhecidos e representados compondo a escola com o AEE e estendendo o alvo teórico-reflexivo da LIBRAS para outros alunos em conversação com a escola.

O artigo que fala sobre A Visualidade na Educação de Surdos também trás a informação da importância de realizar mais pesquisas sobre a mediação do processo de aprendizagem da criança surda pois as pesquisas até agora elaboradas são incipientes. O uso da tecnologia também é de suma notabilidade, pois o canal visual permite à pessoa surda superar limitações de ordem auditiva para construir seu conhecimento de mundo. Vygotsky (1998, p. 359-360) explicita, o processo de “interpretação da coisa, [...], a própria percepção de aspectos objetivos isolados deste objeto dependem do sentido, do significado que acompanha a percepção”.

Para Cardoso (2006), todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. A presença de um professor na sala de aula é essencial e imprescindível para garantir uma educação inclusiva. Por outro lado, grande parte da literatura indica que o uso contextualizado e apropriado coletivamente da Língua de Sinais é um fator essencial para o desenvolvimento de condições que apoiam a plena integração do aluno surdo na escola.

Já no artigo “Libras e educação inclusiva no contexto brasileiro contemporâneo: uma revisão bibliográfica”, fica evidente que apesar do avanço das políticas públicas em relação ao do aluno com deficiência, garantindo o direito deste estar inserido no ensino regular, falta capacitação aos profissionais da educação referente a Linguagem de Sinais, dificultando o processo de alfabetização e muitas vezes cabendo aos intérpretes, quando existentes na unidade escolar, o papel de alfabetizar (ANDRADE; SIMÕES; TERRÍVEL, 2022). Os autores ainda reforçam:

Há por parte dos profissionais um baixo envolvimento em pautas/projetos pedagógicos que levantem as minúcias geradas pela inserção do aluno surdo nas classes regulares, com o status que a LIBRAS possui no desenvolvimento do surdo, com as particularidades da surdez e com o estabelecimento de estratégias decisivas para o processo de construção

integral dos surdos no cenário educacional (ANDRADE; SIMÕES; TERRÍVEL, 2022, p 179.)

Sansão e Santos (2021) corroboram sobre a falta de visibilidade aos surdos e a necessidade de mudanças das metodologias de ensino, levando em consideração que estas estão muito lincadas ao processo de alfabetização oral. Segundo os autores “Percebe-se a importância de se repensar e aprimorar métodos para a Educação de Surdos a fim de explorar os artefatos visuais (instrumentos) e língua de sinais (signos), como elementos mediativos tensionadores da aprendizagem” (SANSÃO; SANTOS, 2021, p.31)

Para Junior, Bezerra e Alves (2021) é necessário valorizar a Linguagem de Sinais Brasileira - LIBRAS, tendo em vista que a linguagem e a comunicação são elementos cruciais na formação da identidade. Os autores ainda trazem:

A formação da subjetividade do indivíduo é mediada pela apropriação de uma língua, quer oral, quer de sinais, e a interação com seu meio. Essa aproximação com a língua lhes permite desenvolver sua subjetividade e identidade a partir do reconhecimento dos pares e da pertença em um grupo que se comunica e constrói o mundo de modo peculiar (JUNIOR; BEZERRA; ALVES, 2021, p.4)

Alertando para os perigos da normalização da falta de conhecimento da linguagem de sinais, sendo o isolamento uma das principais consequências, podendo acarretar em adoecimento psíquico (JUNIOR; BEZERRA; ALVES, 2021).

Importante destacar que quase sempre, os autores falam sobre a importância da sociedade, em um geral, se aprofundar na segunda língua oficial do país. E que os professores e comunidade escolar num todo, precisam incluir estas crianças de todas as formas. Há uma necessidade de se fazer acontecer uma Psicologia inclusiva para que estas crianças tenham apoio e compreensão em todas as áreas da sua vida, fundamentada nos direitos humanos, sem quaisquer discriminações. Tal como, os psicólogos servirem como mediadores para alcançar dessa forma a inclusão de pessoas com deficiência auditiva nas clínicas psicológicas. Por isso é necessário que se apresente estratégias mais efetivas para garantir que as políticas e padrões desenvolvidos para atender a todas estas crianças sejam cumpridas. É importante destacar que poucos estudos aqui pesquisados examinaram a relação entre psicologia e inclusão, e menos ainda examinaram como essa relação afeta a “descontinuação” do atendimento psicoterapêutico.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado teve como principal objetivo compreender a temática da Alfabetização de Crianças Surdas e trazer contribuições a psicologia na educação. Para cumprir esse objetivo foi realizada primeiramente uma fundamentação teórica, onde se definiu e se diferenciou temas como Alfabetização, Libras e Psicologia.

Na parte de busca dos dados optou-se por uma revisão do tipo narrativa, sendo usado os descritores: “Libras AND Educação AND Psicologia”, utilizando como filtros, artigos publicados num período máximo de três anos (2019 a 2022), em língua portuguesa e escolhido a opção “artigos de revisão” nos limitadores. Destes, somente 6 apresentaram relação direta com o objetivo deste estudo. Importante aqui colocar que a maior produção encontrada, no período da revisão dos artigos, foi na área de Língua Portuguesa. Isto denota o quanto a Psicologia ainda necessita se apropriar mais destas áreas e realizar mais publicações, diante da importância da temática mediante a Psicologia Escolar.

De acordo com a literatura usada para desenvolver este trabalho, o uso coletivo adequado e contextualizado da Língua Brasileira de Sinais é fator crucial na criação e utilização de condições que sustentem o desenvolvimento do aluno surdo em fase de alfabetização nas escolas como um todo.

Como limitadores neste estudo pode-se apontar a pouca produção de artigos acadêmicos na área da Psicologia escolar/educação, visto que a acadêmica optou por estudos recentes.

De forma geral, considera-se ter atingido o objetivo proposto neste estudo, visto que pode-se conhecer mais sobre o estado da arte das publicações na áreas e podendo-se apontar neste momento, como resultados relevantes, trazidos pelos autores estudados que: existem estigmas com relação ao surdo; uma necessidade de implementação de uma legislação nacional para a profissão do professor bilíngue; importância do acesso básico à língua de sinais desde os primeiros anos de vida da criança para inclusão social; a capacitação defasada dos professores diante do conhecimento das libras; falta de proficiência dos professores e profissionais em libras; necessidade de repensar e aprimorar métodos para a educação de crianças surdas.

Aqui fica o desejo da pesquisadora, a partir desta pequena pesquisa, dar início a uma jornada de estudos no campo da Psicologia Escolar, visto que, considera-se que a Psicologia tem muito a contribuir neste cenário. Quem sabe, em um futuro próximo, poder estudar para contribuir no aprimoramento dos métodos para educação da criança surda, que se considera um trabalho a ser feito por “várias mãos”, numa perspectiva interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B.; LUZ, R. D. Contribuições da escola para a formação dos sujeitos surdos. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2010.

ASPILICUETA, P. *et al.* A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 395-410, set. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2/ 2001, de 11 set. 2001**. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Edipucrs, p.15-26, 2006.

DE ANDRADE, M. E. B.; DE SIMÕES, P. T. A.; TERRÍVEL, H. N. D. LIBRAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista Psicologia em Foco**, v. 14, n. 20, p. 173-186, 2022.

DE FREITAS, A. R.; AMARAL, C. M. S. R.; CHAVEIRO, N. O processo de escolarização do surdo usuário de libras e seus desafios: revisão de literatura. **Revista Sinalizar**, v. 4, 2019.

DE SOUZA W. V. S.; CRUZ-SANTOS, A. A VISUALIDADE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 16, n. 1, pág. 29-35, 2021.

FEDERAL, Senado. Estatuto da pessoa com deficiência. **Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas Brasília DF**, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

FERNANDES. E. **Surdez e Bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FERREIRA JUNIOR, J. L.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. de O. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 33, n. 3, p. 537-556, 2021.

FREITAS, I. F. de. Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

GONÇALVES, F. A. R. S.; GONÇALVES, M. A. **Alfabetização e letramento da pessoa surda**. S/D.

LEAL, G. T.; GUIMARAES, F. F. A inclusão dos surdos no ensino regular: uma revisão de literatura. **DIVERSITÀ: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde**, v. 5, n. 2, p. 70-85, 2019.

LIMA, J. A. C. de; CÓRDULA, E. B. DE L. **O ensino da Libras no Ensino Fundamental**. Educação Pública, artigo publicado em: 02 mai. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/o-ensino-da-libras-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 15 out. 2022.

MACÊDO, L. S.; TORRES, C. R. V. Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas. **Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química–SBQ**, v. 37, 2017.

MARQUES, H. DE C. R.; BARROCO, S. M. S.; SILVA, T. DOS S. A. DA. O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil para Crianças Ouvintes e Surdas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 503–517, 1 dez. 2013.

OLIVEIRA, H. K. T. de *et al.* Contribuições da psicologia para a inclusão da pessoa surda no ensino fundamental. 27f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia)** – Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, Várzea Grande, 2018.

QUADROS, R. M. de. Políticas Lingüísticas e a Educação de Surdos no Brasil. In: V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional do INES, 2006, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso: Surdez, família, linguagem e educação**. Rio de Janeiro: INES, 2007. v. 1. p. 94-102.

RIBEIRO, C. B.; SILVA, D. N. H. Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 33, e3339, 2017.

SENNA, L. A. G. O Estatuto Linguístico da Língua Brasileira de Sinais e a Superação do Estigma na Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 487–500, 12 set. 2019.

SILVA, D. N. **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, S. C. *et al.* As contribuições da psicologia na educação de surdos: o caso do Centro de Educação Especial do Estado da Bahia. In: DÍAZ, F. *et al* (Orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 171-190.

SOUZA, J. C. S. de S.; SANTOS, M. C. Libras na educação: limites e possibilidades. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 13, 9 de julho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/13/libras-na-educacao-limites-e-possibilidades>. Acesso em: 15 out. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Obras escogidas, tomo V. Madrid: Visor, 1997. WINNICOTT, DW Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Tradução Davy Bogomoletz. 2000.

VYGOTSKY, L. **Pensamiento y Lenguaje**. Obras Escogidas Tomo II. Editorial A. 2001.